

Fim de Ciclo dos Governos “pós-neoliberais” na América Latina? Uma análise do caso boliviano

Recebido: 01-04-2019

Aprovado: 23-07-2019

Danilla Aguiar¹
Janaina F. dos Santos²

Há menos de duas décadas, o subcontinente latino-americano experimentava um intenso momento de lutas, ilustrando algumas transformações no cenário político regional. O triunfo eleitoral de Hugo Chávez na Venezuela em 1998, o fracasso da ALCA (Área de livre comércio das Américas) e, em contrapartida, o projeto de construção da ALBA (Aliança Bolivariana para os povos de nossa América), o estopim da crise capitalista em 2008 e as lutas por nacionalizações na Bolívia e Equador seguidas pela primeira ascensão presidencial de Evo Morales (2005) e Rafael Correa (2006), respectivamente, são fatos que sinalizavam mudanças na geopolítica da América Latina. Tratavam-se de governos que articularam institucionalidade e pautas nacional-populares num projeto de caráter heterogêneo e continental e que reascenderam na dimensão política – ao menos em discurso – uma tentativa de ruptura com as estruturas de poder e cultura antidemocrática que minavam a credibilidade das instituições políticas locais, trazendo a substituição das constituições em vigor e renovação dos quadros políticos dirigentes. Este estudo foca no caso da Bolívia, que vivencia o agravamento das críticas em relação às medidas econômicas baseadas na exportação de *commodities*, os limites da hegemonia evista³, considerando, todavia, a guinada à direita na superestrutura política do subcontinente.

Problematizaremos sobre as possibilidades de continuidade dessa hegemonia no Estado Plurinacional da Bolívia como um novo bloco no poder em alianças com setores

¹ Doutora em Ciências Sociais pela Universidade Federal de Campina Grande. Pós-doutoranda em Ciências Sociais na Universidade Federal do Rio Grande do Norte, onde é também professora colaboradora do Programa de Pós-Graduação em Ciências Sociais. É pesquisadora do Grupo de Estudos Práxis: Estado e Luta de Classes na América Latina (UFCEG/CNPq). Brasileira. É uma das organizadoras do livro *Estado, Governos “Pós-Neoliberais” e Luta de Classes na América Latina: a agonia dos atalhos nos caminhos da mudança social*, EDUFCEG, 2019. Email: jdaniillaaguiar@hotmail.com.

² Doutora em Ciências Sociais pela Universidade Federal de Campina Grande. Professora na Universidade de Pernambuco. Também é pesquisadora do Grupo de Estudos Práxis: Estado e Luta de Classes na América Latina (UFCEG/CNPq). Brasileira. Email: janainasantos1983@hotmail.com.

³ Esta caracterização faz referência ao governo de Evo Morales.

populares, médios e burgueses, representando um governo que rompeu com um período de extrema instabilidade política onde até fins dos anos 1980, de acordo com a antiga constituição vigente, não era necessário atingir o primeiro lugar nas urnas para se tornar presidente. Era o parlamento quem decidia, entre os três primeiros lugares, quem assumiria a presidência.

Apresentamos o conceito poulantziano de *bloco no poder* para uma análise crítica das mudanças no governo boliviano, por ser um conceito que nos permite inferir que existe uma pluralidade de frações de classe hegemônicas por uma fração destas no bloco no poder, sem que haja ruptura na unidade do conjunto das classes dominantes (Poulantzas, 1977). Centramos análise no papel da emergente burguesia aimará ou burguesia paceña – em referência à capital boliviana, La Paz – como a fração de classe que hegemoniza esse novo bloco no poder e que se distingue do eixo burguês separatista de Santa Cruz, por ser resultado tanto das condições externas experimentadas durante a primeira década do século XXI, como dos efeitos do “nacionalismo revolucionário” que toma força durante o governo do primeiro presidente indígena do país (Rea Campos, 2016, p. 376).

Neste ensejo, indicamos elementos críticos a partir da caracterização de um governo nacional-popular que se apresenta como representante das massas, assumindo um discurso que problematiza uma mudança de paradigma em toda a América Latina, mas que estratégica e paralelamente permite a aliança com novas frações da burguesia, que apresentam elementos particulares como a origem aimará, a origem no campo e posteriormente o estabelecimento no setor comerciário, além do gosto por expressar sua cultura junto com seu poder econômico (Albó, apud America, 2014). Neste aspecto, a nova burguesia aimará ou paceña se contrapõe à burguesia cruceña formada na região da “meia lua”⁴, caracteristicamente racista, xenófoba e separatista.

Mesmo apresentando elementos nacionalistas e anti-imperialistas no discurso, o novo bloco no poder continua se sustentando no extrativismo e na “ilusão neodesenvolvimentista”, um contraponto que tem sido comprovado pelo fato de que a queda nos preços das *commodities* somada à crise econômica mundial tem levado o governo Morales a uma crise política interna conjuntural. Este novo bloco no poder inaugurado com o governo evista, em nossa leitura, possui ainda a particularidade de primeiramente se estabelecer no âmbito político e depois no econômico, caracterizado assim como um bloco nacional-popular,

⁴ Compreende os departamentos de Santa Cruz, Beni, Pando e Tarija.

consolidado em altos índices eleitorais nas vitórias presidenciais das eleições seguintes, depois de 2005 e que agora vem experimentando resultados diferentes.

Em nossa, hipótese, um grande indicador desta crise interna conjuntural é justamente a primeira grande derrota política sofrida pelo governo masista⁵ em dez anos no poder, em 2016, com a refendo revocatório que previa a *re* reeleição de Evo Morales e que foi derrotado. Contudo, após recurso apresentado ao Tribunal Constitucional, em 2017, por um grupo de parlamentares de seu partido para suspender os artigos da Constituição que vetavam duas reeleições consecutivas, Evo Morales poderá se apresentar às próximas eleições presidenciais, em meados de 2019.

Da primeira eleição até os dias de hoje, o presidente indígena lida com a complexa forma de governar com os movimentos sociais, as alianças burguesas e desafios eleitorais, tendo logrado converter o instrumento político Movimento ao Socialismo – MAS em um partido hegemônico na Bolívia contemporânea. Em nossa hipótese, o MAS tem desenvolvido uma variante do capitalismo dependente que novamente recupera frações burguesas estatais para arranjar o novo bloco no poder⁶, de demanda nacional-popular, que contemplam também a inserção indígena no sistema político, bem como no campo das elites compradoras, favorecidos pela expansão da economia comercial asiática. Contudo, é um bloco no poder que continua favorável ao capital estrangeiro, principalmente em longo prazo (Durán Gil, 2008).

Para nos referirmos aos governos que surgiram nos distintos países da América Latina no início do século XXI, utilizamos ao longo do trabalho e na forma de hipótese o conceito de pós-neoliberalismo como forma distinguir e caracterizar a situação política e econômica desses governos que logram chegar a presidência muitas vezes com grande apoio popular. Para tanto, utilizamos a caracterização de Pablo Dávalos, que, problematizando de forma mais geral os governos latino-americanos contemporâneos, nos apresenta o pós-neoliberalismo como um tipo de neoinstitucionalismo onde a força política do Estado seria fundamental. Trata-se de uma mudança institucional que consolida a disciplina social em necessidades de acumulação por desapropriação⁷, sendo ainda característicos a produção de *commodities*, aprofundamento do extrativismo e reprimarização da economia (Dávalos, 2012).

⁵ Referência a membros do partido do governo, MAS.

⁶ Mesmo com diferentes interesses relativamente permanentes, se homogeneízam para garantir a dominação política no Estado.

⁷ Dávalos utiliza o mesmo termo trazido por David Harvey apoiado em Rosa Luxemburgo simplificadaamente neste momento definido como um processo que repete as formas primitivas e originárias de violência da acumulação capitalista em regiões da periferia do sistema mundo (Dávalos, 2012).

Contribuindo com o debate, Javier Vadell e Pedro Henrique Carvalho nos apresentam o pós-neoliberalismo como um período “no qual haveria uma ‘descontinuidade continuada’, o que não sugere um rompimento integral com o neoliberalismo, mas apenas com as aplicações verticais e automáticas das receitas do Consenso de Washington” (Vadell e Carvalho, 2014, p. 89).

Para pensarmos as mutações políticas do presente, devemos ainda considerar fundamentalmente a guinada à direita que assola a superestrutura política do subcontinente a partir de alguns elementos que caracterizam o “fim de ciclo” desses governos presidenciais, atingindo o bolivarianismo venezuelano constituído como a base do sistema ideológico elaborado por Chávez e seu movimento que vem sendo ameaçado desde o seu desaparecimento e a chegada da crise econômica e política na era de Nicolás Maduro; o bem-viver e as contradições da “revolução cidadã”⁸ encabeçada por Rafael Correa que logrou na vitória agônica de Lenin Moreno em abril de 2017, e sua direitização quase que imediata, com a consequente ruptura de seu mentor com ele; a ascensão do empresário Mauricio Macri como presidente da Argentina, o triunfo eleitoral do economista de centro direita Pedro Pablo Kuczynski no Peru em uma disputa acirrada com a filha do ditador e ex-presidente Alberto Fujimori, Keiko Fujimori, assim como a consolidação do golpe institucional sofrido por Dilma Rousseff no Brasil – onde Michel Temer passou a governar – e o triunfo eleitoral de Jair Bolsonaro, em 2018, como tentativa de resolver a crise orgânica do Brasil, pela extrema direita, e, claro, a primeira derrota na consulta popular boliviana, em 2016, via referendo que inicialmente impossibilitava uma nova reeleição de Evo Morales em 2019.

Além do conceito poulantziano, utilizamo-nos das categorias grasmcianas de crise conjuntural e crise orgânica, assim como o conceito de superestrutura para explicar o caráter da crise interna encarada pelo governo boliviano de Morales no marco de um giro à direita nos governos “pós-neoliberais”, ao passo que se agrava a crise capitalista mundial.

⁸ Contradições essas enxergadas na manutenção da dolarização da economia do país, abrindo mão do controle de sua política monetária, assim como na manutenção de uma perspectiva neo-extrativista favorecendo grupos econômicos ligados a setores do capital transnacional, confrontando com os maiores movimentos sociais do país, desestruturando as principais organizações sociais.

Crise Capitalista, Governos e Movimentos Sociais na América Latina

A contestação ao modelo neoliberal⁹ em países da América Latina, somado a um momento de excepcionalidade econômica advindo do “boom das *commodities*”¹⁰, potencializaram um conjunto de discursos de alternativas políticas para o subcontinente, num momento de estopim crise econômica e descontentamento social.

Como o objetivo da classe dominante era a recomposição de forças no interior do sistema, que enfrentava uma onda de contestações populares contrárias ao modelo neoliberal mais duro, o Estado se coloca como estabilizador social para garantir a continuidade do modelo de acumulação neoliberal, mesmo após os desgastes desse modelo na década de 1990. Neste ensejo, chegam ao poder governos que se caracterizavam por bancar uma continuidade reformulada, assimilando algumas reivindicações e enquadrando as expectativas de melhoria social nos marcos de uma estratégia de conciliação de classes. Uma restauração de funções sociais do Estado que, todavia, se apresentou arraigado em administrações conservadoras anteriores e que, inspirada por antigos modelos de desenvolvimentismo proposto pela Comissão Econômica para América Latina da ONU (CEPAL) nos anos 1960, mostrava-se em médio prazo pouco eficaz na constituição de uma “alternativa”, ainda que essa – juntamente com a ideia de equidade – estivesse presente nos discursos desses novos líderes.

Caracterizados como governos “pós-neoliberais” latino-americanos – na ausência de um termo mais adequado e com objetivo de distingui-los dos governos anteriores –, inauguraram, assim, uma agenda de alternativa política às estruturas de poder vivenciadas desde a terceira onda democrática em meados da década de 1980 e que se instalam no aparelho do Estado. É importante lembrar que mesmo antes da crise capitalista que eclode no centro imperialista estadunidense em 2008, a América Latina aparecia como um subcontinente em ebulição, onde vários movimentos sociais despontaram na cena política na última década do século passado, tendo como exemplo as pioneiras rebeliões zapatistas, em 1994, no México, e a atuação dos *piqueteros*, na Argentina, à mesma época, assim como na

⁹ Não podemos menosprezar o peso que a luta de classe imprime sobre esse momento. Afinal, sendo a luta de classes “o motor da história”, as mobilizações e questionamentos via tensão social, promovida pelos movimentos populares do período em questão, contribuíram significativamente para pôr em xeque os governos neoliberais à época.

¹⁰ Correspondeu ao momento de aumento, no mercado mundial, dos preços das matérias-primas ou de gêneros produzidos com baixa tecnologia. Completando esse fator de excepcionalidade no mercado mundial, a crise do sistema que teve início no coração do capitalismo, abriu espaço para a China no mercado mundial, que se apresentou como grande consumidor de gêneros primários, fato que possibilitou o crescimento econômico de países de baixa industrialização.

resistência dos mapuches no Chile e nas inúmeras lutas das nacionalidades no Equador, Peru e Bolívia. São movimentos sociais que fundamentalmente retomam as lutas pela autonomia das etnias, pela libertação nacional, e, principalmente, pela nacionalização dos recursos naturais.

Junto à essas demandas, eclodem também processos de derrocadas presidenciais em vários países latino-americanos, seja por deposição ou renúncia, demonstrando que de fato existia um “reflexo de crise” que atravessava as democracias representativas no subcontinente e que se encontram com o estopim de crise capitalista neoliberal de 2008. A grande referência não se faz somente com o caso boliviano, mas também são notáveis as ascensões presidenciais de Hugo Chávez na Venezuela e de Rafael Correa no Equador. O novo período dos governos do sul, com a crise da hegemonia do neoliberalismo vigente, não significou, contudo, uma tendência a uma transformação social no modelo de acumulação ou ao socialismo. O antiimperialismo (que caracterizava algumas ações políticas desses novos líderes, seja via boicote de pagamento da dívida, nacionalizações parciais dos recursos naturais) sempre representou períodos de avanços e recuos, mas não uma tendência à abolição do sistema capitalista. Quando, em outras experiências políticas se tentou essa possibilidade de avanço contra o poder do capital, existiram os golpes e ditaduras.

O que se alimentou em termos de antiimperialismo, com o caráter populista e progressista anunciados por esses governos, se aproximava mais de uma expectativa de que houvesse uma predisposição de frações burguesas para formarem frente com as forças populares que protagonizavam a cena política, em certa fase da luta contra o imperialismo que viriam a “favorecer a emergência e o espraiamento de diversos tipos de nacionalismo” (Almeida, 2010, p. 135-36). Porém, os novos instrumentos de dominação – dependência financeira e a manipulação de ideias via mídia hegemônica – trouxeram consequências políticas profundas, como a erosão da soberania nacional dos Estados e uma submissão sem precedentes aos ditames do imperialismo, que redobrou sua marcha para cobrir toda a superfície global, junto, todavia, à criminalização dos movimentos populares reivindicatórios.

Nesse contexto, no que tange à peculiaridade brasileira, por exemplo, residiu no fato de ter adotado o “neodesenvolvimentismo” enquanto estratégia, durante os mais de dez anos de governos do Partido dos Trabalhadores (PT). Modelo que somou ao crescimento econômico uma leve melhoria na distribuição de renda, fato que decorreu da valorização do salário mínimo, da ampliação do programa social Bolsa Família e da expansão do crédito, que se configuraram como os pilares de uma dita atenuação de problemas estruturais

brasileiros, uma estratégia que só se fez possível graças a excepcionalidade conjuntural do cenário internacional, momento de elevado preço das *commodities* e de aquecimento da economia chinesa, que viabilizou aumento expressivo das reservas internacionais e, até 2007, saldos positivos.

O caso da Bolívia, por outro lado, se destaca perante os demais por constituir um processo de ascensão presidencial onde os movimentos sociais estiveram estreitamente ligados à primeira eleição de Morales, sendo ele um ex-sindicalista, participante ativo do “movimento *cocalero*”¹¹ e o único presidente indígena eleito no país até os dias de hoje. São mudanças políticas que trazem à baila novas questões teóricas para se pensar a América Latina contemporânea, recobrando o tema da identidade, da multiculturalidade, da autodeterminação ao passo que se trava uma aproximação entre a história latino-americana, a formação dos Estados-nação e o questionamento do colonialismo e suas redes de poder (Aguilar, 2012). Se por um lado surgiam forças políticas que primavam por um Estado de combate à extrema miséria – como no caso do Brasil, à custa do empoderamento da burguesia interna – por outro, a crise do sistema político propiciou transformações que se referiam notadamente à consolidação de novas forças políticas, de orientação nacional-popular, como em nosso estudo de caso.

A colonização, junto com a propriedade privada, trouxe aos povos originários não só a marca da dependência financeira, mas também a imposição cultural, que marcou nosso sistema político até dias recentes. Na fase do imperialismo neoliberal (ou capitalismo contemporâneo) com a financeirização e reestruturação produtiva, aparecem outras correntes teóricas que trazem uma luta localista para “se oporem” ao capitalismo, muitas vezes dividindo e fragmentando a classe operária, compreendida em um sentido abrangente. Nesse cenário ganham destaque as frações de classe e as alianças entre classes, em determinadas formações econômico-sociais, gerando efeitos específicos no aparelho do Estado. Lembrando que a Bolívia é um país de baixo desenvolvimento capitalista e riqueza baseada nos recursos naturais – petróleo e gás –, nos perguntamos, fazendo uso do prisma poulantziano, se a nova fração dominante do bloco no poder, ou seja, a nova burguesia aimará – que surge em “unidade contraditória particular das classes ou frações de classe politicamente dominantes na

¹¹ Movimento social que emergiu no momento de entrada do DEA (*Drug Enforcement Agency*, agência estadunidense de combate às drogas) na Bolívia e junto à repressão contra os camponeses que cultivam a folha de coca. É um movimento social nascido a partir da oposição às políticas de erradicação da folha de coca, tradição milenar no país, composto basicamente por camponeses plantadores de coca, situados principalmente no vale Chapare.

sua relação com uma forma particular de Estado capitalista” (Poulantzas, 1977, p. 229) – atuará em aliança com a grande burguesia de Santa Cruz impulsionando a guinada à direita no país. Seguindo esta leitura, no sentido do entendimento da necessidade de unidade política dessas frações sob a égide de uma classe ou fração-hegemônica, seria a nova burguesia andina | aimará – como classificação política – essa fração? Cabe ressaltar ainda que esta nova fração possui uma relação de subordinação com o capital estrangeiro, mas que se diferencia da fração burguesa cruceña pelo seu caráter importador que altera a hegemonia aplicada às práticas políticas das classes dominantes, no interior do bloco no poder de uma formação econômico-social capitalista dependente, como é o caso da Bolívia.

O interesse do marxista greco-francês pelo estudo da tríade “Estado, poder e política” se dirige ao modo de produção capitalista, onde, para ele, toda a estrutura existe em função de assegurar a coesão social, “a função específica de construir o fator de coesão dos níveis – político, econômico, ideológico – de uma formação social”, fato que exige uma dupla reprodução: o das relações de produção capitalista e o das relações de dominação da burguesia sobre as demais classes sociais (Poulantzas, 1977, p. 40). Ainda para Poulantzas, é no Estado que se tornam expressivas as contradições entre os diversos níveis da formação social capitalista e são os efeitos gerados no aparelho do Estado Plurinacional da Bolívia como consequências de uma política que se pretendia neodesenvolvimentista em longo prazo que pautaremos nossa análise.

Sem desqualificar os avanços obtidos através da luta de classes nas últimas décadas no país durante o governo de Evo Morales, entendemos que há uma contradição latente entre discurso e práticas que envolvem os novos modelos de governo latino-americanos que emergem em um contexto de crise capitalista e de uma oportunidade econômica que se abriu junto ao mercado externo. Reavivando também o populismo como fenômeno político no subcontinente, firmado nas mudanças nos textos constitucionais inaugurados pela destacada tríade governamental de Venezuela, Bolívia e Equador, quebrando situações de instabilidade política refletidas em constantes destituições presidenciais e na falta de credibilidade do sistema partidário vigente, bem como da representação e dos partidos políticos que se revezavam no poder como um todo.

O Caso Boliviano e a Ascensão de Evo Morales

Na Bolívia, em meados de 2000, as lutas antiimperialistas por nacionalizações (água, gás, campos de petróleo e hidrocarbonetos) e pelo o reconhecimento da plurinacionalidade do país passaram a ter visibilidade internacional. O ponto de partida é o episódio da “Guerra da água”, um conflito que se desencadeou no ano 2000 quando o então presidente Hugo Banzer tentou vender o sistema de abastecimento de água em Cochabamba a uma multinacional estadunidense, arrendando a água até 2039 para a empresa *Águas del Tunari*, subordinada à californiana Bechtel. Seriam arrendadas inclusive as águas das chuvas. Após golpear famílias locais com suas taxas abusivas e de violentos confrontos com as forças de segurança, uma coordenadoria formada por agricultores, ambientalistas, trabalhadores, setores da classe média dentre tantos outros, lograram na reversão do projeto de privatização. Já durante essa denominada guerra, Evo Morales aparecia como um importante líder do movimento *cocalero*, o mais importante dos movimentos sociais contemporâneos no país. Três anos depois, eclode no departamento de El Alto a primeira “Guerra do Gás”, sob o governo de Gonzalo Sánchez de Lozada, no decorrer do ano de 2003. A tentativa era exportar gás para o México e EUA através do porto chileno, nos mesmos moldes da negociação da água, onde a cada US\$ 24 ganhos já livres de impostos os bolivianos teriam direito a US\$ 1, caracterizando mais um consórcio que viabilizava uma clara exploração dos recursos naturais. Como consequência dessa guerra, houve longa repressão estatal, muitos mortos e feridos e a renúncia de Sánchez de Lozada, pressionado por levantes de massas. Desta forma, a presidência foi assumida Carlos Mesa Gisbert, o vice, até que se convocassem novas eleições. Essas eleições acabaram sendo antecipadas para 2005, e vencidas por Evo Morales, quando Mesa também renuncia em meio à segunda “Guerra do gás” (AGUIAR, 2012, 2014).

Após esse quinquênio de lutas (2000-2005) que antecedeu seu primeiro triunfo presidencial, renovando o sistema de partidos que se revezavam no poder, Morales, apresentando o intelectual e professor Álvaro García Linera como vice- presidente, se firma junto ao Movimento ao Socialismo (MAS), como uma alternativa política registrada como “*Instrumento Político para la Soberanía de los Pueblos*” – MAS/IPSP. Inicialmente se caracterizava como um partido político de base campesina e indígena em uma tentativa de trazer representantes da grande maioria da população boliviana ao poder político, demonstrando um grande avanço em termos de participação em relação aos poder das frações hegemônicas locais (AGUIAR, 2014). O dinamismo dos movimentos sociais e a participação

ativa na vida política do país demonstrada nas manifestações populares deram impulso a uma demanda que clamava por mudanças em termos de participação, inserção dos povos originários e a nacionalização dos recursos naturais e reversão das privatizações. Após a sequência de diversos protestos isolados, a capacidade de contestação da sociedade boliviana passa a ter mais ampla visibilidade, formando uma agenda política alternativa antiimperialista em encontro às estruturas de poder e latentes desigualdades sociais. A identidade indígena se mostra mais uma vez coligada à constante reconstrução e resgate de elementos histórico-simbólicos e de referenciais concretos, capazes de fazer sentido na realidade e cotidianidade, como a defesa da produção da folha de coca. Surgia, pois, na Bolívia, uma nova delineação de Estado que reformava as estruturas liberais instauradas desde a república nascida em 1825 e que foi grande responsável pelas políticas excludentes e centralistas, bem como por todo o controle de terra e riqueza do país, encabeçada pelo campesino indígena que logrou tornar-se presidente (SVAMPA e STEFANONI, 2007). A Bolívia encontrava-se, por conseguinte, frente a um novo ciclo nacionalista, em uma encruzilhada histórica com o nacionalismo militar das décadas de 1930 e 1940, com a revolução nacional de 1952 e com o breve ciclo de nacionalismo operário-militar da década de 1970, somando-se às lutas antiimperialistas por nacionalizações iniciadas nos anos 2000.

A construção de um novo modelo democrático se inicia no primeiro ano de governo, quando se convoca uma Assembleia Nacional Constituinte aprovada em referendo dois anos depois, em agosto de 2008. Em outro referendo revocatório, ratifica-se a extinção da então República da Bolívia para dar lugar ao Estado Plurinacional da Bolívia e a sua nova constituição que passou a vigorar em 2009, como indica Cunha Filho, formando parte de uma “retórica de descolonização e refundação do país” (CUNHA FILHO, 2014, p. 168). Ao analisar o novo texto da Constituição do Estado Plurinacional da Bolívia, Cunha Filho, chamando ao debate as ideias do sociólogo boliviano Fernando Mayorga, conclui quanto à inserção indígena na política local que:

embora o texto busque dotar o sistema político boliviano de mecanismos advindos da lógica comunitária, em última instância acaba por subordiná-los à uma lógica política liberal de um cidadão, um voto. Apesar de acatar mecanismos como assembleias, *cabildos* e consulta prévia às comunidades como instituições legítimas de deliberação, não lhes concede caráter vinculante, o que poderia permitir passar por cima de suas deliberações. Além disso, embora reconheça a possibilidade de que os povos indígenas originário-camponeses escolham suas autoridades e representantes segundo “usos e costumes”, ressalva que tal se dará apenas quando o ato eleitoral não estiver sujeito ao voto único, secreto e universal. (CUNHA FILHO, 2014, p. 184)

Sobre o tema, o autor indica ainda as discrepâncias entre “o texto constitucional e a realidade concreta da complexidade do ser indígena” em um país com dezenas de nacionalidades autóctones e as dificuldades ao se questionar, por exemplo, a legitimidade indígena, abrindo espaço para a quebra de manutenção de um bloco histórico hegemônico inaugurado com o governo evista (Ibid., p. 186-187).

Entre os problemas e desafios dos novos governos está a estrutura do Estado herdada do período neoliberal, em que novas modalidades de regulação e de relações entre o público e o privado já estão estabelecidas, implicando sobre a capacidade de elaboração e implementação de políticas públicas das atuais administrações. Essa nova agenda de desenvolvimento implica em reconhecer e analisar em profundidade aqueles fatores que contribuem para torná-la possível, facilitando a transformação da sociedade em seu conjunto. O papel exercido pelo Estado nesta nova fase em busca de autonomia e desenvolvimento econômico passa a ter fundamental importância, determinando também os rumos políticos encarados por um processo que procura combinar a aprendizagem derivada de uma longa experiência desenvolvimentista com as preocupações com a estabilidade econômica local. O vice-presidente García Linera indica que a Bolívia passa por uma “renovação ou substituição radical de elites políticas” através da reconstrução de um novo bloco de poder econômico-político-simbólico desde o Estado, “embasada no ideário da sociedade mobilizada” (García Linera *apud* García Linera et. al, 2010, p. 13). Com o modelo econômico produtivo “capitalismo andino” que foi posteriormente substituído pelo “socialismo comunitário”, não aponta claramente qual a diferença classista do novo bloco no poder, restringindo-se a identificar uma identidade étnica nesse novo bloco, sem indicar também uma estratégia para além da industrialização extrativista como modelo produtivo de Estado.

Os novos modelos idealizados pelo vice-presidente, seja o capitalismo andino, seja o socialismo comunitário, de acordo com suas declarações, são parte concreta de um desenvolvimento particular do capitalismo boliviano no âmbito do desenvolvimento geral do capitalismo mundial. São conceitos que demonstram que as alianças com setores da burguesia não são descartadas pelo governo boliviano masista, que não encobre as possibilidades atuais de mudanças dentro da perspectiva desenvolvimentista. Dando continuidade ao debate, García Linera indica que o Estado, definido como uma relação híbrida:

(...) Uma estrutura das relações políticas territorializadas e, portanto, são os fluxos de relacionamentos passados e essas relações em matéria de dominação e formas de realização e legitimidade política. Este relação-Estado é sempre um processo político histórico em

construção, em movimento, em fluxo. Mas há momentos na história que esta evolução se move em um conjunto de procedimentos, hierarquias e hábitos relativamente previsíveis e limitados, esses são os tempos da “estabilidade” do relacionamento-Estado. (García Linera, 2008, p.392)

São contradições que expressam seus limites, seja em curto ou médio prazo, como se tem observado em outras experiências de governos no subcontinente, entre práticas de governo e discurso, além de basearem-se em políticas neodesenvolvimentistas que favorecem alianças de classe e despolitizações dos movimentos contestatórios de base, principalmente em longo prazo.

As cisões internas no caso boliviano vêm acontecendo de forma aberta desde o conflito sobre a construção de uma estrada através do TIPNIS¹², em 2011, o escândalo de corrupção no fundo indígena, em 2015 e recentemente corroborada pela vitória do “não” no referendo de 2016 que inicialmente impossibilita um quarto mandato seguido de Morales. São mudanças no cenário político da região que atingem cada país de maneira particular em termos temporais, mas que podem abalar de igual maneira o frágil e recente processo de democratização latino-americano, por se tratar de um movimento relacionado com a crise mundial e que se modificam fundamentalmente através da luta de classes.

Em 2016, foi marcante – além da primeira derrota nas urnas de Evo Morales, através do plebiscito pela terceira reeleição – pelo retorno de conflitos que marcam a história política da Bolívia, envolvendo além das comunidades originárias e as mobilizações de setores de cooperativas mineiras com a interrupção do tráfego nas principais estradas do país pelo controle de depósitos mineiros, mas, sem dúvidas, conforme ressalta a cientista política Carla Alberti, o escândalo de corrupção do fundo indígena foi decisivo para a derrota do referendo sobre a possibilidade de terceira reeleição de Evo Morales, onde 51,30% dos eleitores se decidiram pelo *No* mediante 48,70% que disseram *Sí* a uma possibilidade de reforma constitucional que habilitaria Morales a uma nova eleição à presidência em 2019¹³:

A Corrupção no chamado Fundo Indígena, um programa criado em 2005 para financiar com dinheiro das arrecadações dos hidrocarbonetos, projetos de organizações indígenas e camponesas, envolveu os principais líderes do Movimento ao Socialismo e organizações relacionadas. O processo judicial iniciado pelo Ministério Público devido a irregularidades na gestão deste programa, descobertas em fevereiro de 2015 pela Controladoria Geral do Estado, deixou detidos importantes líderes sindicais e masistas, entre as quais está Julia Ramos, ex-ministra do Desenvolvimento Rural, e o senador oficialista, Jorge Choque (...). Este escândalo de corrupção também afetou Nemesia Achacollo, que presidiu o Fundo Indígena por cinco anos, e renunciou ao cargo de ministra do Desenvolvimento Rural em agosto de 2015, depois

¹² Uma reserva e território nacional indígena, de nome “Territorio Indígena y Parque Nacional Isiboro Secure”.

¹³ As porcentagens sobre o referendo foram retirados da matéria de Pablo Stefanoni (2016) de título ¿TRASPIÉELECTORAL O FINDE UN CICLO?

de apreender o relatório sobre desfalque milionário em vários projetos do Fundo. (Alberti, 2016, p. 29)

Mesmo logrando uma visível estabilidade econômica que se destaca no subcontinente, onde três ou quatro anos seguidos a Bolívia permaneceu em primeiro lugar em crescimento econômico de toda a América do Sul, em 2016, Evo Morales e o MAS sofre sua primeira derrota nas urnas, com a consulta popular via referendo.

Contudo, no ano seguinte, foi apresentado um recurso pelos parlamentares de seu partido frente ao Tribunal eleitoral, onde se abriu a possibilidade de uma terceira reeleição e um quarto mandato de Morales, que permaneceria se assim alcançasse vitória, por vinte anos no poder. O Tribunal concluiu que as atuais cláusulas constitucionais que barravam mais de duas reeleições consecutivas afetavam os direitos políticos de Morales e de seu vice-presidente, Álvaro García Linera, bem como de todos os outros políticos cuja reeleição estava limitada, e considerou que esses direitos prevalecem sobre as restrições constitucionais.

Como era de se esperar, a oposição, seja alinhada à direita ortodoxa ou não, ganhou artifícios para combater Morales como forma de "preservar a democracia" frente a ruptura que essa decisão judicial produziria. Contudo, a unidade da oposição está longe de acontecer, e, atualmente, há a preparação para as inscrições em eleições primárias, onde se apresentam pré-candidaturas. Dentre as várias frentes, se destaca a chapa encabeçada pelo ex-presidente Carlos Mesa (que foi o presidente anterior à Evo Morales) com um discurso construído sobre a matriz ideológica da "anti-política" (Molina, 2018). A grande pulverização da oposição pode, por outro lado, fortalecer uma nova candidatura evista, visto que o presidente continua alcançando altos índices de popularidade, frente às derrocadas presidenciais no subcontinente e os crescentes números de iniquidade social que voltam a subir.

O modelo que recupera a “ilusão desenvolvimentista” pregado pelo governo evista tem se apoiado em reivindicações democráticas e populares, modifica as relações entre as classes e frações de classe no bloco no poder, incorpora reivindicações nacional-populares, porém não rompe com o domínio do capital financeiro e com o modelo extrativista. Ainda de acordo com Alberti, as contradições entre a “visão desenvolvimentista do governo sobre a base de extração de recursos naturais” tem afetado significativamente as comunidades indígenas, antes base de apoio direto do governo (Alberti, 2016, p. 30). Concordamos com Durán Gil sobre a importância de realizar uma análise do processo de acumulação levando em consideração as condições políticas e ideológicas em que esse processo se realiza e por vezes se altera (Durán Gil, 2008). Alberti nos indica ainda que a alta dependência da Bolívia da

exportação de matérias primas e sua recente queda de preço observada desde 2013 trouxe como consequência a desaceleração do crescimento acumulado em relação ao ano de 2014 de 5,5% a 4,5% em 2015 e, com a redução da balança comercial boliviana, “se afeta diretamente os pressupostos para os governos, os municípios, as universidades públicas, *Fondo Indígena* e *Renta Dignidad*, entre outros programas sociais” (Alberti, 2016, p. 32). Abre-se margem para propostas de renovação que prometem a “reconciliação nacional, continuidade e inovação para construir um país para todos”, de acordo com a premissa no partido Unidade Nacional (UN), que capitaneou a prefeitura da cidade de El Alto, um partido também produto dos conflitos de 2003¹⁴.

Podemos observar na Tabela 1 como houve uma variação entre os partidos vencedores das últimas eleições municipais, onde aparecem, além do *Movimiento al Socialismo* (MAS), a *Unidad Nacional* (UN), também *Movimiento Demócrata Social* (MDS), o *Soberanía y Libertad para Bolivia* (SOL.BO) e o *Santa Cruz Para Todos* (SPT).

Tabela 1: Resultados das últimas eleições municipais nas principais cidades bolivianas (2015).

MUNICÍPIO	DEPARTAMENTO	PREFEITO ELEITO	PARTIDO	PORCENTAGEM DE VOTOS ADQUIRIDOS (%)
Cochabamba	Cochabamba	José María Leyes	MDS	56,49
La Paz	La Paz	Luis Revilla	SOL.BO	58,09
El Alto	La Paz	Soledad Chapetón	UN	54,49
Potosí	Potosí	Williams Cervantes	MAS	31,69
Santa Cruz	Santa Cruz	Percy Fernández	SPT	42,40

Fonte: Elaboração própria a partir de dados fornecidos no periódico boliviano *Página Siete* (01/04/15).

Apesar do MAS ter se mantido como a principal força do país ao final das eleições regionais, é sintomático que a prefeitura da “cidade aymará rebelde” de El Alto, palco da

¹⁴ A primeira etapa da Guerra do Gás se deu em outubro de 2003 e a *Unidad Nacional* nasceu em dezembro do mesmo ano.

Guerra do Gás, tenha elegido Soledade Chapetón, uma jovem mulher dirigente de uma nova direita andina alinhada ao partido Unidade Nacional (UN) liderado por Samuel Doria Medina, um dos homens mais ricos do país e segundo colocado nas últimas eleições presidenciais vencidas por Morales (Molina, 2015; Stefanoni, 2015). Stefanoni complementa a análise elencando que “os alteños decidiram dar as costas ao Movimento ao Socialismo e ao atual prefeito, Édgar Patana, ex-dirigente sindical dos vendedores de rua (gremial)” ao elegerem Chapetón com uma ampla vantagem de 55% dos votos (Stefanoni, 2015). Chapetón indica querer personificar a cara de uma política individualista ao afirmar, por exemplo, que participa da política para “fazer algo pela minha cidade” por sentir que precisa contribuir para sanar o trauma da região causada pela Guerra do gás onde, para ela, prevaleceu a “insensibilidade das autoridades, os assassinatos, os desaparecimentos” (Idem). Compreendemos, assim, que a atual prefeita de El Alto como representação desta “renovação” política que avança na Bolívia – mesmo que ainda de forma tímida – se alinha com o que Gramsci afirmava constituir a pequena política, compreendo questões parciais e cotidianas de fundo econômico primordialmente, se centrando na disputa no interior de uma estrutura de diferentes frações da mesma classe política pela sua hegemonia.

A análise dos resultados das últimas eleições indica que, mesmo sob a hegemonia evista, na Bolívia também se evidencia um avanço de uma nova onda neoliberal conservadora mediante o impacto de políticas sociais, distinta da primeira hegemonia neoliberal na América Latina, entre o final da década de 1980 e os anos 1990, e que representa um reflexo de uma tentativa de responder a uma crise profunda do capitalismo a partir de uma agenda de ajustes e de retirada de direitos da classe trabalhadora, bem como de ataques às instituições, os valores e as práticas democráticas.

Partindo de um pressuposto poulantziano, podemos concluir que, no que tange a necessidade de unidade política dessas frações sob a égide de uma classe ou fração-hegemônica, a nova burguesia aimará aparece como protagonista de um processo de mudança nas elites, como uma fração compradora em ascensão, mais internacionalizada, vinculada aos interesses imperialistas, atuando como intermediária do capital estrangeiro, nos servindo como caracterização política para entender a nova fração de classe que pode impulsionar uma guinada a direita na Bolívia, mesmo que essa fração tenha enriquecido durante o governo evista. Como já destacado, é uma fração que se difere da antiga fração burguesa hegemônica de Santa Cruz, originária da “oligarquia cruceña”, da qual surgiu uma fração burguesa

agroindustrial, contudo, esta nova burguesia que se reivindica como andina possui interesses econômicos coincidentes com o capital chinês que se expande no país, e não com as pautas populares e de caráter étnico. Portanto, como vimos com a eleição de Chapetón, a pauta da plurinacionalidade pode ser encabeçada também por líderes alinhados a uma “nova” direita política que muito tem se aproveitado dos limites desses processos reformistas e dos escândalos de corrupção para retomar o controle do poder político alinhado a um neoliberalismo ortodoxo e conservador. Entendemos ainda que enquanto emergem novas frações burguesas, que seriam uma referência nacionalista, sempre existe dominação pela “supressão de um conjunto de conquistas populares” (Rivadeo, 1994, p. 177).

Em momentos de crise de dominação de uma das frações no interior do bloco no poder, a classe hegemônica tem sido aquela que possui a capacidade de representar a “vontade coletiva”, como se fazer impor sobre as demais frações da classe dominante, em perspectiva gramsciana.

Fim de Ciclo e Guinada à Direita no Subcontinente?

A crise econômica que teve início, em 2008, no coração do capitalismo e que, ao se espalhar pelas economias mundiais e reverter o ciclo econômico internacional favorável e incidir sistematicamente sobre a América Latina, contemporaneamente se apresenta com um caráter de crise orgânica em alguns países, atingindo o conjunto dos governos “pós-neoliberais” na América Latina, demonstrando os limites tanto da estratégia que se pretendia “neodesenvolvimentista” – que manteve uma forte dependência externa e um padrão de dominação e acumulação típico de países periféricos – como também da política de aliança de classes que serviu de base política para a sustentação desses governos nas últimas décadas. Antonio Gramsci (2016) expõe a necessidade de, num estudo sobre as estruturas, diferenciar os movimentos orgânicos dos movimentos conjunturais. Desse modo, esse instante de crise econômica que se abateu sobre a América Latina, no referido período, traz à tona o fim de ciclo para esses governos nacional-progressistas ou pós-neoliberais, visto que com a queda dos preços das *commodities* rompeu-se, fragilizou-se a base de sustentação econômica dos referidos governos, que, grosso modo, basearam as suas economias num processo de reprimarização¹⁵. A diminuição do preço dos gêneros primários ou de baixa industrialização

¹⁵ Falamos em reprimarização visto que países como o Brasil, por exemplo, embora tenha ampliado e diversificado a sua pauta de exportações de bens industriais, demonstra, via dados estatísticos, ter existido um

expôs as fragilidades desse modelo político-econômico e abriu a possibilidade de contestação política através de crises políticas internas a esses governos.

Esse cenário de crise econômica mundial converte-se naquilo que Gramsci definiu nos *Quaderni*, nas “Breves notas sobre Maquiavel”, como sendo uma “crise orgânica”, ou seja, um momento em que, rompidas as relações habituais entre a sociedade e o Estado, entre a economia e a política, o bloco histórico já não pode exercer de modo incontestado a sua hegemonia, o controle sobre o conjunto da política e da sociedade. Trata-se de um instante histórico complexo – cuja crise se apresenta de maneira diferenciada das demais crises inerentes ao capitalismo, por ser mais profunda, de longa duração, uma crise de autoridade – e que também se difunde num conjunto da vida social, razão pela qual esta não pode ser reduzida ou confundida a aspectos particulares, tais como, crises financeiras, crises de autoridade, crise comercial, crise produtiva, crise judicial ou outras. As crises orgânicas são mais significativas por tratarem de crises de uma forma de capitalismo.

Logo, as crises orgânicas diferenciam-se das crises conjunturais, as últimas se manifestam no terreno de um mercado determinado, num conjunto de relações de forças sociais específicas, e que, mesmo com grande alcance histórico, onde se questionem os governos, as políticas, possuem um menor alcance histórico. As crises orgânicas se apoiam em grande medida com crescentes tendências bonapartistas e autoritárias, e, em cada país se expressa de forma distinta, mesmo que o conteúdo seja o mesmo, a crise de hegemonia da classe dominante (Gramsci, 2016).

É a partir desses conceitos que se pode analisar o momento porque passa a América Latina, de fim de ciclo dos governos “pós-neoliberais”, como sendo o instante em que se dá também uma guinada à direita na superestrutura política do subcontinente, na medida em que representa não apenas o recuo dos direitos e da distribuição de renda, como também está marcada por um feroz ataque contra as instituições democráticas, como ocorreu no ano de 2002 através da tentativa de golpe contra o então presidente da Venezuela, Hugo Chávez, em 2009 com a deposição do presidente Manuel Zelaya em Honduras, as investidas de golpes contra Evo Morales na Bolívia culminadas em 2008, assim como o *impeachment* aprovado em 24 horas do presidente Fernando Lugo no Paraguai no ano de 2012, ainda o *impeachment* – que caracterizamos como golpe institucional – contra a presidente Dilma Rousseff no Brasil,

declínio das exportações de produtos industriais e, em contrapartida, um aumento crescente das exportações de commodities, advindas do agronegócio e da indústria extrativa mineral.

em 2016, culminando com a chegada de Michel Temer à presidência em agosto do mesmo ano, com o objetivo de ampliar e acelerar os ataques à classe trabalhadora.

Destacamos, ainda, os triunfos eleitorais de candidatos alinhados à direita como Mauricio Macri na Argentina, ao final de 2015; a derrota de Maduro nas eleições legislativas da Venezuela, em dezembro de 2015; a derrota de Evo Morales no plebiscito pela sua “re-re eleição”, em fevereiro de 2016; mesmo que a justiça controlada pelo seu governo permita que este pleiteie uma nova eleição, o golpe institucional no Brasil, no primeiro semestre de 2016, o triunfo agônico de Lenin Moreno no Equador, candidato da *Alianza País*, em abril de 2017, e sua direitização quase que imediata. Citamos ainda a crise política da Frente Ampla (FA) no Uruguai, com a renúncia do vice-presidente Raúl Sendic por corrupção, e a crise política chilena que obrigou a um segundo governo de Michelle Bachelet, mas agora com uma nova aliança Nova Maioria (NM), incluindo o Partido Comunista Chileno (PCCh) o que não significou um próximo triunfo eleitoral, visto que o empresário Sebastián Piñera saiu vitorioso das eleições presidenciais. No âmbito brasileiro, a vitória do candidato à presidência de extrema-direita, Jair Bolsonaro, em 2018, expressa uma força política, social e material de um caráter qualitativamente diferente de outros contextos, contando com apoio do conjunto das forças repressivas do Estado no marco de uma politização e controle das Forças Armadas e de discursos marcadamente autoritários e conservadores.

A política de conciliação de classes dos governos “pós-neoliberais”, a despolitização dos movimentos populares, também são responsáveis por abrir espaço para forças conservadoras no próprio interior do bloco no poder, assim, procuramos indicar chaves de compreensão sobre o processo de formação política e ideológica de um novo campo social capaz de substituir esses governos num fim de ciclo que parece se aproximar também na Bolívia. São processos complexos por estarem condicionados tanto a fatores externos relacionados à geopolítica do poder, bem como aos efeitos de cada política interna e seus pactos sociais favorecedores de estratégias reformistas de conciliação entre capital e trabalho.

Na tentativa de sanar as crises políticas que se instalam em seu interior, mediante a aplicação de medidas de ajuste, de desvalorização, bem como endurecendo a repressão contra as lutas populares e contestatórias, e também utilizando suas influências junto a sindicatos e movimentos sociais para bloquear qualquer resistência, deixando em segundo plano a permanente politização da população e a renovação de seus quadros – estes governos em alguma medida pavimentaram o caminho para o fortalecimento da direita e possibilitaram que

esta se apresentasse de maneira “renovada”, baseando-se em “discursos salvacionistas”, embandeirados por ideias como “luta contra a corrupção”, de “democracia” e “moralização da política”.

De acordo com as formulações de Gramsci, como a superestrutura é composta pela Sociedade Civil e Sociedade Política. A sociedade civil tem a função de estabelecer o consenso, enquanto a sociedade política, de estabelecer a coesão que possibilite a produção e reprodução da base social, valendo ressaltar que não há separação orgânica entre estas instâncias, mas sim, uma articulação entre ambas, o que compõe, assim, a superestrutura. Trazer ao debate a guinada à direita na superestrutura política evidencia que, nas mediações, através das quais a burguesia constrói a sua hegemonia sobre as classes subalternas, vivencia-se um momento de alteração dos instrumentos através dos quais a burguesia legitima a sua dominação. Abre-se, assim, uma situação de instabilidade, no qual a burguesia trabalha para recomposição orgânica, mas que, no entanto, aponta para uma crise de antigas ferramentas de construção de hegemonia (ou de sua consolidação) como a política de conciliação de classes, que foi comum nos governos ditos pós-neoliberais.

Desse modo, como as possibilidades estão em aberto diante dessa “guinada à direita na superestrutura política”, a luta de classes possibilita a abertura de um período mais agudo de instabilidade. São possibilidades onde a direita, mediante essa guinada, passa a valer-se intensamente dos meios coercitivos do Estado, em detrimento dos instrumentos de consenso.

No capitalismo, as crises econômicas abrem espaços para crises conjunturais, que podem evoluir para crises orgânicas que mudam radicalmente o sistema político. O caso da Bolívia se assemelha até o momento a uma crise conjuntural interna, alinhada a uma guinada à direita na superestrutura política que assola a América Latina de maneira decisiva no último quinquênio. Os últimos conflitos entre o Estado e os movimentos sociais têm sido resolvidos de maneira oficialista, destacando-se a desconsideração pelas preferências das bases, refletindo, em certa medida, na forma de governar de Morales (Alberti, 2016).

Em contrapartida, os movimentos e os líderes que se identificam como uma direita política claramente tem avançado no caso particular da Bolívia porque moderaram seus discursos na oposição¹⁶, como vemos no caso da prefeita de El Alto, eleita em 2016, Soledade

¹⁶ No caso brasileiro, por exemplo, acontece um fenômeno distinto. O presidente recém eleito logrou vitória mediante discursos ultra conservadores, exaltando ditadores, assim como a violência, discriminação, autoritarismo e intolerância. O triunfo eleitoral de Jair Bolsonaro, expressa uma força política, social e material de um caráter qualitativamente diferente de outros contextos, contando com apoio do conjunto das forças

Chapetón. A “nova direita andina” promete mudanças e avanços em situações de estancamento econômico e em momentos em que escândalos de corrupção aparecem alterando o mapa político regional. Apoiados fundamentalmente por classes médias urbanas e rurais, ganhando influência sobre setores de trabalhadores, pautados em uma ideologia meritocrática e individualista, sustentam ainda que sem as regulações estatais seria possível avançar individualmente, sem a necessidade dos planos de assistência social dirigidos à população em situação de extrema pobreza (Rojas e Castillo, 2015, p. 13). Com a aplicação de mais ajustes e baseados em uma dependência direta com o imperialismo, conforme vemos avançar com o governo de Donald Trump nos Estados Unidos.

No contexto de avanço dessa nova fração burguesa, Morales enfrentaria dificuldades evidentes ao chamar o referendo em 2016 e que pavimentou uma façanha ainda não lograda anteriormente: a unificação de todos os oponentes ao governo masista, sejam os mais alinhados com a direita tradicional, sejam os adversários que veem a necessidade de se retomar o processo de mudanças iniciados com os levantes populares dos anos 2000 e a agenda de outubro¹⁷:

Desde os racistas que nunca quiseram um governo campesino-indígena até quem critica o contrário: que não se trata de um verdadeiro governo indígena, se não um sucedâneo de matriz blancóide ou diretamente um governo antiindígena, a coalizão do *No* permitiu a unificação de um voto que nunca se uniria em uma candidatura comum. (Stefanoni et al, 2016, p. 2)

O vice-presidente Álvaro García Linera indicava, antes dos primeiros sinais de avanço da crise política interna vivida pelo governo do MAS, que o governo objetiva que as elites (ou frações de classe) tradicionais reconheçam a nova elite de origem indígena camponesa e pequeno burguesa, e que os índios não querem desfazer as elites oligárquicas existentes, mas que pretendem compartilhar o poder através de um capitalismo com maior presença de Estado (García Linera, 2007). Sabe-se que o Estado capitalista fornece o quadro para as lutas entre frações da classe dominante, uma luta que reintegra a classe operária – como indivíduos dissociados dos meios de produção e de sua classe – numa nacionalidade e num conjunto unificado de regras e instituições. Contudo, de forma concomitante, o Estado fornece o espaço

repressivas do Estado no marco de uma politização e controle das Forças Armadas e do apoio de setores conservadores da igreja.

¹⁷ Faz referência ao mês em que se deram os mais violentos confrontos da Guerra do Gás e a renúncia do então presidente Sánchez de Lozada (Carlos Mesa, como seu vice, assume a presidência até que se convoquem novas eleições, antecipadas para 2005 e vencidas pela primeira vez por Evo Morales). Uma promessa política que mais tarde seria apropriada pelo MAS e pelo governo de Morales. Entre as reivindicações estão a nacionalização do gás e demais recursos naturais, convocação da Assembléia Constituinte, o reconhecimento dos diversos povos originários e a punição aos responsáveis pelas mortes do “Outubro Negro”.

político para a luta de classes. A Bolívia evista hoje representa a última experiência da “onda rosa” latino-americana ainda em vigor, mas, claramente vive também um momento de esgotamento pela impossibilidade de perpetuação de Morales na presidência – assim como pelo não reconhecimento de um futuro novo mandato, nem na Bolívia, tampouco em outros países do subcontinente.

Vivemos o aprofundamento da (neo)liberalização econômica e um esgotamento das possibilidades de democracia nos moldes burgueses. Conforme acertadamente indica Luciana Ballestrin, “o modelo hegemônico da democracia liberal enfrenta atualmente sua maior crise global desde o final da Guerra Fria” enquanto o atual impasse enfrentado pela democracia brasileira a coloca como “a primeira inflexão pós-democrática¹⁸ do Sul Global” fortalecendo ainda mais as experiências anti-democráticas na América Latina com a “permissividade e instrumentalização da própria democracia em seu sentido hegemônico e formal” (Ballestrin, 2018, p. 149 e 154).

Em um momento sombrio para as instituições, os valores e as práticas democráticas, no qual a violência e o autoritarismo vêm se tornando práticas comuns no espaço público, físico, social e digital, instaurou-se uma regressão política que ameaça ampliar as injustiças, a pobreza e o sofrimento dos segmentos socialmente mais vulneráveis. Diante a ofensiva das formas conservadoras de fazer política, a hegemonia neoliberal propaga o voluntarismo, o individualismo e o empreendedorismo. O “novo espírito do capitalismo” não parece combinar com a democracia liberal, um fenômeno que, longe de ser inédito, aponta para recomposições do sistema, que atingem de forma mais descoberta os países que ocupam uma posição subalterna no sistema-mundo.

¹⁸ Sobre o tema da pós-democracia Ballestrin salienta que “O termo apareceu pela primeira vez na elaboração filosófica de Jacques Rancière (Nash, 1996) ainda nos anos 1990 e foi mais sistematicamente desenvolvido pelo sociólogo Colin Crouch (2000, 2011) ao longo dos anos 2000. É importante observar que mais contemporaneamente, o conceito vem agregando vários significados para além de seu diagnóstico principal, isto é, a esterilização da democracia pelas contradições que sua convivência com o neoliberalismo provoca. Assim, o conceito de pós-democracia conecta profundamente política e economia, observando o esvaziamento da primeira e a ampliação/colonização da segunda em múltiplas direções. A disputa entre democracia e neoliberalismo também é uma disputa entre política e economia, povo (soberania popular) e elite (governo), o nacional e o global. A realidade pós-democrática está também relacionada com a privatização do poder político pelo poder econômico em uma escala global, cuja principal característica consiste na interdição da democracia a partir de suas próprias instituições, discursos e práticas” (Ballestrin, 2018, p. 153).

Conclusões

América Latina se encontra frente a processos políticos que poderíamos caracterizar em termos gerais como um fim de ciclo de um conjunto heterogêneo de governos “nacional-populistas” denominados “pós-neoliberais” e uma guinada à direita na esfera política. Guinada impulsionada por uma nova onda neoliberal conservadora que vem se revelando mais brutal e desumana do que a primeira hegemonia neoliberal na América Latina, entre o final da década de 1980 e os anos 1990, na medida em que representa não apenas o recuo dos direitos e da distribuição de renda, como também está marcada por um feroz ataque contra as instituições democráticas burguesas e o avanço do que tem sido chamado de uma pós-democracia, proporcionada em grande medida inclusive pelas instituições democráticas.

O neo-golpismo em suas variantes mal e bem sucedidas – em 2002 com o intento de golpe contra o então presidente da Venezuela, Hugo Chávez; em 2009 com a deposição do presidente Manuel Zelaia em Honduras, as tentativas de golpes contra Evo Morales na Bolívia culminadas em 2008; o *impeachment* aprovado em 24 horas do presidente Fernando Lugo no Paraguai no ano de 2012, com o golpe institucional contra a presidente Dilma Rouseff no Brasil, em 2016 – assim como as vitórias eleitorais de candidatos alinhados à direita como Mauricio Macri na Argentina, em 2015, e à extrema-direita, como Jair Bolsonaro no Brasil, em 2018 demonstram o fim de um ciclo de governos que buscava combater as desigualdades sociais, e prosseguir com uma ideia de soberania e multiculturalismo dos povos, em torno da nacionalização dos recursos naturais.

Esse trabalho gera hipóteses sobre um estudo de caso, uma análise do governo boliviano de Evo Morales junto ao MAS, que ascende ao poder num contexto de crise capitalista mundial, impulsionado pelos movimentos sociais que iniciaram a atuação política na década de 1990 e, ascende o debate sobre qual seria, pois, a nova fração burguesa que lideraria a direção política e econômica com o fim do ciclo do Evo Morales, ou com um novo governo seu, depois de quase doze anos no poder. Essas frações burguesas de origem indígena, atuariam de forma distinta frente ao cenário internacional de avanço de crise no capitalismo e de retrocessos político-ideológicos?

Após romper com o ciclo da democracia pactuada, onde partidos se revezavam no poder, o MAS estabeleceu uma hegemonia política baseada em um governo de alianças de classes, recuperando frações burguesas estatais, estabelecendo um o novo bloco no poder de demanda nacional-popular, que contemplam também a inserção indígena no sistema político.

Contudo, é um bloco no poder de caráter neodesenvolvimentista que continua favorável ao capital estrangeiro, principalmente em longo prazo. É fato notório que mesmo com sua economia impactada negativamente pela caída nos preços dos hidrocarbonetos, o governo boliviano, que está sob a presidência de Evo Morales até janeiro de 2020 é ainda um dos mais estáveis na região, fato também justificado por não haver oposição organizada e fortalecida para ocupar a posição de Morales. Há uma crise conjuntural, enxergada ainda pontualmente no âmbito interno, porém não caracterizada como crise orgânica. É importante lembrar que, podendo concorrer à presidência em 2019 pela quarta vez mediante um recurso do Tribunal Constitucional, origina-se um novo desafio que o atual governo precisará enfrentar: a ameaça de que as próximas eleições presidenciais sejam deslegitimadas. Existem setores da oposição (minoria, no entanto) que chamam abertamente um boicote ao processo eleitoral se Morales participar dele, que certamente encontrarão fácil apoio internacional com o avanço das formas conservadoras de fazer política e da antidemocracia encabeçadas nas figuras de Trump (em nível mundial) e Bolsonaro (no subcontinente).

Indicamos, como conclusões prévias, que a direitização que assola os governos denominados “pós-neoliberais” vem tomando força desde os golpes oligárquicos de Honduras e Paraguai, a morte de Hugo Chávez e o desmantelamento da economia venezuelana, seguida das crescentes crises enfrentadas por Correa no Equador e a ascensão de governos alinhados a uma direita política na Argentina, no Peru e no Brasil, alinhados a um momento de inflexão democrática mundial.

No momento em que emergem os governos “pós-neoliberais”, reativou-se uma ilusão desenvolvimentista, ainda que nacionalista, alentada pela abertura de novas oportunidades econômicas e pelas demandas de *commodities* do mercado externo, algo que contemporaneamente vem sido freado pelo não crescimento desse preço das *commodities* em curto prazo. A diminuição desses recursos diminui proporcionalmente a força política do Estado que tem como característica a institucionalização do *abigarrado*¹⁹, a consolidação da ordem social em busca de estabilidade e em necessidades de acumulação por desapropriação, sendo ainda característicos a reprimarização da economia. São os recursos da renda

¹⁹ Termo trazido por Zavaleta Mercado – sociedade abigarrada ou formação social abigarrada– e que não possui tradução, que quer demonstrar a mestiçagem boliviana, a influencia indígena, camponesa, mineira, misturadas em uma só sociedade, em um só plano político, “com tempos socioeconômicos distintos e na qual nenhuma delas é capaz de impor sua hegemonia completamente sobre as outras” (Cunha Filho, 2014, p. 169). Sobre o tema, conferir também Zavaleta Mercado (2009).

extrativista que vêm financiando o desenvolvimento e em especial os gastos do governo para com os setores sociais mais vulneráveis como saúde e educação.

O que parece acontecer na Bolívia é uma descentralização do poder do Estado e não a transformação deste em plurinacional, já que plurinacionalidade, nos discursos oficialistas, significaria a igualdade de direitos dos povos e de culturas. A repartição do poder que existe hoje está em função da preservação do Estado Nacional, muitas vezes cooptando as massas de trabalhadores para que sirvam a seus interesses por meio de direções que não lhes representam, demonstrando a necessidade de construção de um partido revolucionário que seja composto pela classe trabalhadora, como forma de conter a ligação com uma incipiente classe burguesa, defendendo a independência de classe.

As consequências deletérias da política econômica adotada pelos governos “pós-neoliberais” é tomada pelo indicador de força que a fração de classe hegemônica na composição do bloco no poder, onde, em cada país, repercute na política externa e social de maneira distinta. Mas, como a história dos homens precisa ser observada em sua construção dialética, é preciso pensar estrategicamente a guinada à direita que assola América Latina, em termos gramscianos, como forma de não reconstruir o passado, mas, em meio a uma crise que se aprofunda, de um modelo de capitalismo, colocar em discussão o próprio modo de produção em seu conjunto, como um desafio posto para a esquerda classista, com vistas de possibilidades de avanço de luta teórica e de classes.

Referências

AGUIAR, Danilla. *Análise das interpretações do governo Evo Morales: o legado histórico e o poder nacional-indígena*. Dissertação de Mestrado, Ciências Sociais, Universidade Federal do Rio Grande do Norte, 2012. Disponível em: <https://repositorio.ufrn.br/jspui/bitstream/123456789/13655/1/JorissaDNA DISSERT.pdf>. Acesso em: 21 mai. 2018.

AGUIAR, Danilla. Estado e democracia boliviana em tempos de plurinacionalidade. *Estudos Internacionais*, v. 2 n. 2 jul-dez 2014 p. 255-270. Disponível em: <http://periodicos.pucminas.br/index.php/estudosinternacionais/article/view/8224/7976>. Acesso em: 15 fev. 2016.

ALMEIDA, Lúcio Flávio de. *Nacionalismo e antiimperialismo em um texto de Mariátegui*. IV Simpósio Lutas Sociais na América Latina: Londrina, 2010. Disponível em: http://www.uel.br/grupo-pesquisa/gepal/anais_ivsimp/gt8/14_lucioflavioalmeida.pdf. Acesso em: 12 dez. 2015.

ALBERTI, Carla. Bolivia: La democracia a una década del gobierno del MAS. *Rev. cienc. polít. (Santiago)*, Santiago, v. 36, n. 1, p. 27-49, abr. 2016. Disponível em: http://www.scielo.cl/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S0718090X2016000100002&lng=es&nrm=iso. Acesso em: 12 mai. 2016.

AMÉRICA. Bolivia: las mansiones "neoandinas" de la burguesía aymara que se enriqueció con Evo. *Infobae*. 24 de maio de 2014. Disponível em: <https://www.infobae.com/2014/05/24/1567178-bolivia-las-mansiones-neoandinas-la-burguesia-aymara-que-se-enriquecio-evo/>. Acesso em: 20 jul. 2019.

BALESTRIN, Luciana. O Debate Pós-democrático no Século XXI. *Revista Sul-Americana de Ciência Política*. V. 4, n. 2, 149-164. 2018. Disponível em: <https://periodicos.ufpel.edu.br/ojs2/index.php/rsulacp/article/view/14824>. Acesso em 22 de jan. de 2019.

CUNHA FILHO, Clayton. A construção do Estado Plurinacional na Bolívia como tentativa de institucionalizar o abigarrado. *Bolivian Studies Journal /Revista de Estudios Bolivianos*. Vol. 20.2014

DÁVALOS, Pablo. *Alianza Pais: Requiem por un sueño*. 2012. Disponível em: <http://alainet.org/images/ALIANZA%20PAIS%20Requiem%20por%20un%20sue%C3%B1o.pdf>. Acesso em: 03 fev. 2016.

DURÁN GIL, Aldo. Bolívia: Duas revoluções nacionalistas? *Perspectivas Revista de Ciências Sociais*. São Paulo, v. 33, p. 157-189, jan./jun. 2008. Disponível em: <http://seer.fclar.unesp.br/perspectivas/article/view/1457/1160>. Acesso em: 12 ago. 2015.

GARCÍA LINERA, Álvaro. *Las élites comparten el poder*. Bolívia, 2007. Disponível em: http://www.constituyentesoberana.org/3/destacados/otrosdest/mayo2007/290507_1.html. Acesso em: 21 mar. 2016.

GARCÍA LINERA, Álvaro. *La potencia plebeya: Acción colectiva e identidades indígenas, obreras y populares en Bolivia*. Buenos Aires: Prometeo Libros, 2008

GARCÍA LINERA, Alvaro et. al. *El Estado*. Campo de lucha. Muela del Diablo Editores; Comuna; CLACSO: La Paz, 2010. Disponível em: <http://pt.scribd.com/doc/33258897/Grupo-Comuna-Estado-Campo-de-Lucha>. Acesso em: 15 jan. 2016.

GRAMSCI, A. *Cadernos do Cárcere*. Maquiavel. Notas sobre o Estado e a Política. Vol. 3. 7ª. Edição. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2016.

MOLINA, Fernando. El proceso electoral boliviano: una película de suspenso. *Nueva Sociedad*, 2018. Disponível em: <http://nuso.org/articulo/evo-morales-mesa-elecciones-primarias-bolivia/>. Acesso em: 05 dez. 2018.

PÁGINA SIETE. *Tras cómputo final en 4 ciudades principales, oposición y oficialismo tienen a dos alcaldes*. 2015. Disponível em: <http://www.paginasiete.bo/nacional/2015/4/1/tras-computo-final-ciudades-principales-oposicion-oficialismo-tienen-alcaldes-52044.html>. Acesso em: 01 mai. 2016.

POULANTZAS, Nicos. *As classes sociais no capitalismo de hoje*. Zahar Editores: Rio de Janeiro, 1975.

POULANTZAS, Nicos. *Poder Político e Classes Sociais*. São Paulo, Martins Fontes, 1977.

REA CAMPOS, Carmen Rosa. Complementando racionalidades: la nueva pequeña burguesía aymara en Bolivia. *Revista Mexicana de Sociología* [online]. 2016, vol.78, n.3, pp.375-407. Disponível em: http://www.scielo.org.mx/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S0188-25032016000300375&lng=es&nrm=iso. Acesso em: 29 jul. 2019.

RIVADEO, Ana Maria. *El marxismo y la cuestión nacional*. México: UNAM, 1994.

ROJAS, Gonzalo A.; CASTILLO, Christian. *Crises, fim de ciclo dos governos “pós-neoliberais” e luta de classes na América Latina*. Anais do VII EPMARX – Encontro de Grupos de Estudos e Pesquisas Marxistas: Campina Grande, 2015. Disponível em: <https://drive.google.com/file/d/0B6pWnu4PpHwsZk04bG5EQ0xLems/view>. Acesso em: 23 jun. 2016.

STEFANONI, Pablo. *A Bolívia e a nova direita andina*. 2015. Disponível em: <https://www.opendemocracy.net/democraciaabierta/pablo-stefanoni/bol%C3%ADvia-e-nova-direita-andina>. Acesso em: 23 mai. 2016.

STEFANONI, Pablo. *¿Traspié electoral o finde un ciclo? : el nuevo escenario político boliviano*. 2016. Disponível em: <https://lalineadefuego.info/2016/05/10/traspie-electoral-o-fin-de-un-ciclo-el-nuevo-escenario-politico-boliviano-por-pablo-stefanoni/>. Acesso em: 26 ago. 2016.

STEFANONI, Pablo. et. al. *Bolivia: El referéndum de las debilidades*. Dossier. 2016. Disponível em: <http://www.sinpermiso.info/textos/bolivia-el-referendum-de-las-debilidades-dossier>. Acesso em: 12 ago. 2016.

SVAMPA, Maristella; STEFANONI, Pablo. “Entrevista a Álvaro García Linera: ‘Evo simboliza el quiebre de un imaginario restringido a la subalternidad de los indígenas’”. In: *Revista OSAL*. Buenos Aires: CLACSO. v.8, n.22, setembro de 2007. Disponível em: <http://bibliotecavirtual.clacso.org.ar/ar/libros/osal/osal22/AC22SvampaStefanoni.pdf>. Acesso em: 13 dez. 2015.

VADELL, Javier Alberto; CARVALHO, Pedro Henrique Neves de. Neoliberalismo na América do Sul: a reinvenção por meio do estado. *Contexto Internacional* [online]. 2014,

vol.36, n.1, pp.75-111. Disponível em:
http://www.scielo.br/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S0102-85292014000100003&lng=en&nrm=iso. Acesso em: 25 jul. 2019.

ZAVALETA MERCADO, René. *La autodeterminación de las masas*. Bogotá: Siglo del Hombre Editores / Clacso (Colección Pensamiento Crítico Latinoamericano), 2009.

Fim de ciclo dos governos “pós-neoliberais” na América Latina? Uma análise do caso boliviano

Resumo

Há menos de duas décadas, a América Latina experimentava um intenso momento de lutas, ilustrando transformações no cenário político regional. A “onda rosa” latino-americana manifesta-se fundamentalmente com o triunfo eleitoral de Chávez na Venezuela em 1998, o fracasso da ALCA, a crise capitalista mundial em 2008 e as lutas por nacionalizações na Bolívia e Equador, seguidas pela ascensão presidencial de Evo Morales e Rafael Correa, respectivamente, que sinalizavam relevantes mudanças na geopolítica latino-americana. São governos que articularam institucionalidade e pautas nacional-populares num projeto de caráter heterogêneo e continental, que reascenderam na dimensão política uma tentativa de ruptura com as estruturas de poder e cultura antidemocrática que minavam a credibilidade das instituições políticas locais, trazendo a substituição das constituições em vigor e renovação dos quadros políticos dirigentes. Este estudo foca no caso boliviano, que vivencia o agravamento das críticas em relação às medidas econômicas baseadas na exportação de *commodities*, considerando o giro à direita na superestrutura política do subcontinente. Problematicaremos sobre as possibilidades de continuidade do novo bloco no poder inaugurado com o Estado Plurinacional da Bolívia.

Palavras-chave: Bolívia, Fim de ciclo, Bloco no poder.

End of cycle of "post-neoliberal" governments in Latin America? An analysis of the Bolivian case

Abstract

Less than two decades ago, Latin America experienced an intense moment of struggle, illustrating changes in the regional political landscape. The Latin American "pink wave" is manifested mainly by Chávez's electoral triumph in Venezuela in 1998, the failure of the ALCA, the world capitalist crisis in 2008 and the struggles for nationalization in Bolivia and Ecuador followed by the presidential rise of Evo Morales and Rafael Correa, respectively, signaled significant changes in Latin American geopolitics. These are governments that have articulated national-popular institutions and guidelines in a heterogeneous and continental project that have reasserted in the political dimension an attempt to break with the structures of undemocratic power and culture that undermined the credibility of local political institutions, bringing about the substitution of constitutions in vigor and renewal of leading political cadres. This study focuses on the Bolivian case, which experiences the aggravation of criticism regarding economic measures based on the export of commodities, considering the right turn in the political superstructure of the subcontinent. We will question about the possibilities of continuity of the new power block inaugurated with the Plurinational State of Bolivia.

Key words: Bolivia, End of cycle, Power Bloc.

Fin de ciclo de los gobiernos "post-neoliberales" en América Latina? Un análisis del caso boliviano

Resumen

Hace menos de dos décadas, América Latina experimentaba un intenso momento de luchas, ilustrando transformaciones en el escenario político regional. La "onda rosa" latinoamericana se manifiesta

fundamentalmente con el triunfo electoral de Chávez en Venezuela en 1998, el fracaso del ALCA, la crisis capitalista mundial en 2008 y las luchas por nacionalizaciones en Bolivia y Ecuador seguidas por la ascensión presidencial de Evo Morales y Rafael Correa, respectivamente, señalaban cambios relevantes en la geopolítica latinoamericana. Son gobiernos que articularon institucionalidad y pautas nacional-populares en un proyecto de carácter heterogéneo y continental, que reascendieron en la dimensión política un intento de ruptura con las estructuras de poder y cultura antidemocrática que mina la credibilidad de las instituciones políticas locales, trayendo la sustitución de las constituciones en vigor y renovación de los cuadros políticos dirigentes. Este estudio se centra en el caso boliviano, que vive el agravamiento de las críticas en relación a las medidas económicas basadas en la exportación de commodities, considerando el giro a la derecha en la superestructura política del subcontinente. Problematicaremos sobre las posibilidades de continuidad del nuevo bloque en el poder inaugurado con el Estado Plurinacional de Bolivia.

Palabras clave: Bolivia, Fin de ciclo, Bloque en el poder.